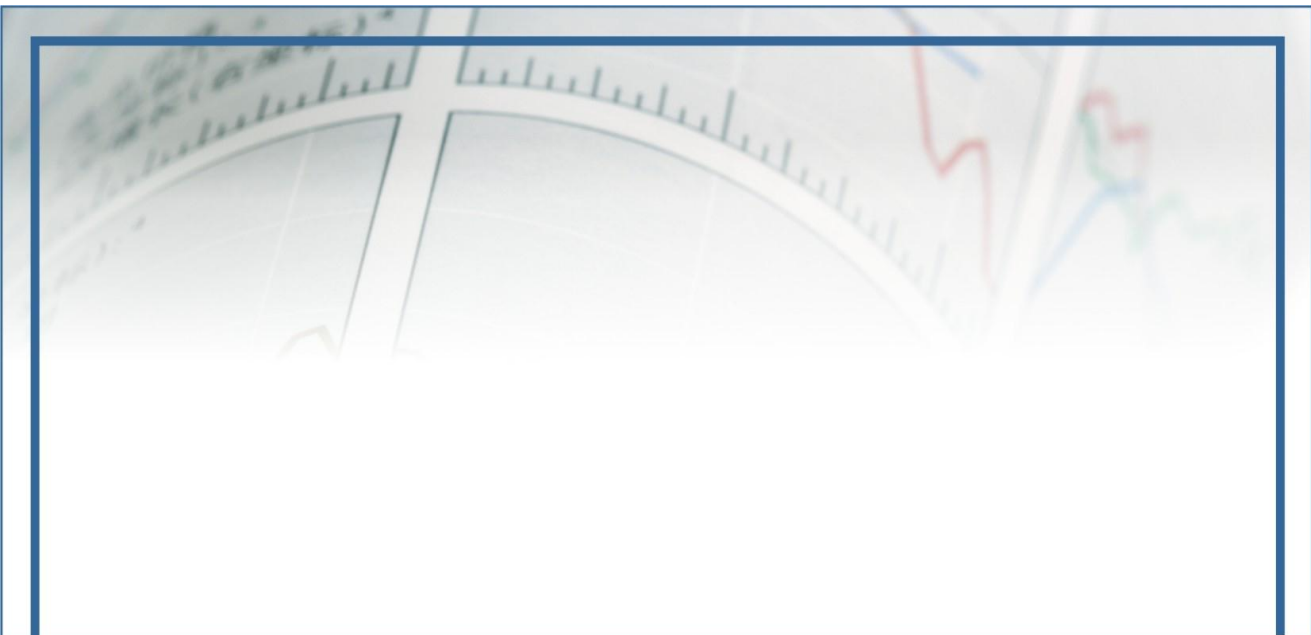


Relatório Trimestral de Atividades

3º Trimestre de 2012





Relatório Trimestral de Atividades

3º Trimestre de 2012

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



© TCEES, 2012

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório de Atividades Trimestral: 3º trim 2012 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2012.

47p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório de Atividades Trimestral: 3º trim 2012.

I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente

Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Corregedor Geral

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva

Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira

Diretora Geral de Secretaria

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

MISSÃO

ORIENTAR E CONTROLAR A GESTÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS EM BENEFÍCIO
DA SOCIEDADE

NEGÓCIO

CONTROLE EXTERNO



Visão

SER INSTITUIÇÃO DE EXCELÊNCIA
NA ORIENTAÇÃO E NO CONTROLE DA
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS
ATÉ 2015

VALORES

PROFISSIONALISMO
EQUIDADE
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA
EXCELÊNCIA DE DESEMPENHO
RESPONSABILIDADE SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o Relatório de Atividades referente ao 3º trimestre de 2012.

Nesse período destacamos as seguintes ações:

- ✓ Alteração de dispositivos da Resolução nº 208/2006, que institui e regulamenta o Programa de Estágio de Complementação Educacional no âmbito do TCEES (Resolução TCEES nº 244/2012).
- ✓ Regulamentação do Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRAS ES (Resolução TCEES nº 245/2012).
- ✓ Alteração do §2º do artigo 197 da Resolução TC nº 182/2002, que aprovou o Regimento Interno do TCEES (Resolução TCEES nº 246/2012).
- ✓ Regulamentação da remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício e da prestação de contas bimestral das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 (PCB - PCA informatizada) (Resolução TCEES nº 247/2012).
- ✓ Realização do Seminário Transparência e Controle, em comemoração aos 55 anos do TCEES, com palestra de abertura proferida pela Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Dra. Eliana Calmon, então Corregedora Geral do Conselho Nacional de Justiça, no Centro de Convenções Vitória/ES, em 18/07/12.
- ✓ Realização de treinamento para jurisdicionados in loco, abrangendo os seguintes polos: Colatina (de 30/07 a 08/08/12), Nova Venécia (de 06 a 15/08/12), Venda Nova do Imigrante (13 a 22/08/12), Cachoeiro de Itapemirim (15 a 24/08/12), Grande Vitória (29 a 05/09/12), com a participação de mais de dois mil servidores municipais.
- ✓ Participação na III Olimpíada dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, realizada em Caldas Novas/GO, no período de 02 a 04/09/12.
- ✓ Realização da capacitação aos jurisdicionados no sistema informatizado de controle de obras públicas – GEO-Obras – 11 a 14/09/12, 17 a 20/09/12, 25/09/12, 27 a 28/09/12.

Vitória, 26 de novembro de 2012

Conselheiro **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**
Presidente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TCEES EM NÚMEROS	8
3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	10
3.1 ATOS DO PLENÁRIO	10
3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS	14
4 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS	16
5 CORREGEDORIA GERAL	18
6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	19
6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	19
6.2 GESTÃO DE PESSOAS	22
6.3 SERVIÇOS GERAIS	25
6.4 CONTROLE DOCUMENTAL	26
7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	28
8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30
9 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO	31
10 NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS.....	32
ANEXOS.....	33
ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA	33
ANEXO 2 – ORGANOGRAMA	34
ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ATOS DO PLENÁRIO.....	36

1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no terceiro trimestre de 2012.

As informações disponibilizadas neste relatório foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Nos capítulos subsequentes estão registradas as principais atividades, divididas nas seguintes áreas: Controle Externo, Ministério Público Especial de Contas, Corregedoria Geral, Administrativa, Comunicação Institucional, Tecnologia da Informação, Núcleo de Controle Interno, Núcleo de Planejamento e Projetos, Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas, Núcleo de Engenharia e Obras e Núcleo de Assuntos Estratégicos.

Ao final são apresentados os seguintes anexos:

Anexo 1 - Competência, jurisdição e estrutura.

Anexo 2 - Organograma.

Anexo 3 - Descrição detalhada dos atos do Plenário.

2 TCEES EM NÚMEROS

A tabela abaixo consolida os principais resultados do controle externo no 3º trimestre.

Resultados do Controle Externo	3º Trim
Auditorias realizadas	43
Total de processos autuados	1.886
Processos de pessoal do TCEES	2
Processos administrativos do TCEES	125
Processos de controle externo	1.759
Total de processos julgados ou apreciados conclusivamente	1.518
Atos de pessoal apreciados	1.364
Atos de pessoal com registro negado	-
Denúncias julgadas	7
Denúncias julgadas procedentes	2
Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador	6
Pareceres prévios pela rejeição ¹	-
Acórdãos proferidos	138
Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades	83
Acórdãos com contas julgadas irregulares ²	2
Acórdãos em julgamento de atos de gestão: executivos municipais	7
Acórdãos com atos de gestão julgados irregulares ³	2
Recursos julgados ou apreciados	31
Recursos com provimento negado	7
Certidões emitidas	260

¹ Nos pareceres prévios pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

² Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

³ Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

A tabela abaixo apresenta as comissões instituídas no 3º trimestre.

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data da portaria	Data de publicação no DOE
49	Comissão Permanente de Licitação	13/07/12	17/07/12
50	Comissão do Pregão	13/07/12	17/07/12
51	Comissão de organização para a participação dos servidores do TCEES na 3ª Olimpíada dos Servidores dos Tribunais de Contas	13/07/12	17/07/12
52	Comissão técnica para o projeto “Desenvolver sistema de prestação de contas municipal informatizada”	17/07/12	18/07/12
54	Comissão para acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Comissão Executiva referente ao Concurso Público	31/07/12	02/08/12
55	Comissão técnica para realizar a revisão na metodologia de cálculo dos limites constitucionais e legais aplicáveis nas PCAs dos gestores municipais	09/08/12	10/08/12
58	Comissão técnica encarregada de estruturar o Sistema Administrativo de Compras, Licitações e Contratos	29/08/12	30/08/12
59	Comissão técnica para o projeto “Promover o XV Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas”	29/08/12	30/08/12
60	Comissão permanente de sindicância	05/09/12	10/09/12
61	Comissão permanente de processo administrativo disciplinar	05/09/12	10/09/12
63	Comissão técnica para o projeto “Elaborar nova política de controle externo”	21/09/12	24/09/12
64	Comissão técnica para elaboração de proposta de norma disciplinando a composição, a forma de apresentação e os procedimentos para análise de prestação de contas anuais	21/09/12	24/09/12
65	Alteração na comissão instituída pela Portaria N nº 58	21/09/12	24/09/12
66	Comissão técnica para análise de despesas de exercícios anteriores	24/09/12	25/09/12

3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 ATOS DO PLENÁRIO

O Plenário, constituído por sete conselheiros, reúne-se em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Descrição	3º Trim	Acumulado
Sessões plenárias	26	80
Ordinária	24	69
Especial	2	8
Administrativa	-	3
Processos em pauta	2.170	6.121
Julgados ou apreciados de forma conclusiva	1.518	4.016
Chamamentos relativos a processos	840	2.544
Notificações	397	1.137
Citações	443	1.407

A Secretaria Geral das Sessões é o setor responsável por secretariar sessões, prestar assessoria ao Plenário e adotar medidas necessárias decorrentes de atos.

Atos do Plenário	3º Trim	Acumulado
Decisões	1.599	5.220
Acórdãos	138	334
Pareceres prévios	9	38
Pareceres em consulta	7	11
Resoluções	4	19
Total	1.757	5.622

Resoluções - firmam entendimento de caráter normativo acerca de matérias de sua competência.

Pareceres em consulta - emitidos quando se trata de consultas.

Pareceres prévios - emitidos após análise das contas prestadas pelo governador e pelos prefeitos e os recursos relacionados a elas.

Acórdãos – emitidos na decisão definitiva em processo de prestação de contas, tomada de contas e relatório de auditoria; decisões condenatórias, impondo ressarcimento e/ou multa; decisões que apreciem o mérito em processo de recurso; contas prestadas pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e pelas Mesas das Câmaras Municipais; decisões que apreciem o mérito em processos de denúncia, de auditorias, em prestação de contas de convênios ou de instrumentos congêneres.

Decisões - geradas quando da apreciação de legalidade dos atos de pessoal sujeitos a registro; conversão de julgamento em diligência; determinação de auditorias e de arquivamento de processo ou documento; questões de natureza administrativa interna; questões de simples deferimento; outras questões não enquadradas anteriormente.

As tabelas a seguir descrevem os pareceres em consulta e apresentam um demonstrativo consolidado dos resultados dos pareceres prévios, acórdãos e decisões.

A descrição detalhada dos resultados dos Acórdãos e Pareceres Prévios encontra-se no Anexo 3.

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
0005	C. Marilândia (Adilson Reggiani)	Câmara Municipal - Cota de combustível e linha telefônica - Concessão a vereadores - Matéria apreciada nos Pareceres em Consulta TC-003/2008, TC-030/2003, TC-031/2005 e TC-038/2008 - Encaminhar cópias.
0006	P. Barra de São Francisco (Waldeles Cavalcanti)	Contrato administrativo – alteração quantitativa ou qualitativa – lei n. 8.666/93, art. 65, §§ 1º e 2º – extrapolação dos limites legais – possibilidade condicionada – forma consensual e excepcionalíssima – respeito aos parâmetros constantes da decisão TCU n. 215/1999
0007	P. Vila Pavão (Ivan Lauer)	Gratificação ou rendimento superior por servidor de cargo efetivo que exerça cargo comissionado por mais de 10 anos - reversão a cargo originário - direito a manter valores maiores percebidos – existência de lei em sentido formal (art. 37, x, da CF) - iniciativa privativa do chefe do poder executivo (art. 62, § 1º, ii, c, da CF, aplicado simetricamente aos demais entes federados) - observância do teto remuneratório previsto no art. 37, xi, da CF - observância da vedação de concessão de novas vantagens sob o mesmo fundamento, tendo como base de cálculo o referido instituto (art. 37, xiv, da CF).
0008	P. Alegre (José Guilherme Gonçalves Aguilar)	Substituição de publicação escrita de atos oficiais por publicação online - permissão em sítios especializados contratados especificamente - requisitos - previsão legal que o sítio especializado passe a ser o instrumento de imprensa oficial - seja assegurada a idoneidade e a integridade das publicações oficiais em meio eletrônico, por meio da adoção da tecnologia de certificação digital, tal como a disponibilizada pela infraestrutura de chaves públicas brasileiras – ICP-brasil - haja necessidade de publicação no diário oficial da união ou do estado, ou em qualquer outro meio, quando houver previsão legal específica - seja amplamente divulgado o diário oficial eletrônico, em homenagem ao princípio da publicidade.
0009	Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun)	Tempo de serviço prestado a empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais – cômputo para fins de recebimento de adicionais de tempo de serviço e de assiduidade – impossibilidade, exceto na hipótese de migração do regime celetista para o estatutário – forma de cálculo nos termos dos artigos 106 e 108 a 112 da lei complementar nº. 46/1994 – revogar parecer consulta tc-33/2006.
0010	Roberto da Cunha Penedo (Banestes S/A)	Órgãos da administração pública direta e indireta do estado do espírito santo - adesão à ata de registro de preços de órgãos ou entidades da administração direta e indireta do estado ou de municípios do mesmo estado - impossibilidade - outros estados, distrito federal e união - possibilidade - aquisição de 100% do quantitativo registrado na ata de registro de preços - possibilidade - conhecer da presente consulta.
0011	Gilson Antonio de Sales Amaro (P. Santa Teresa)	Pagamento de despesas com auxílio alimentação para servidores municipais - não incidência no cálculo de gastos total com pessoal - vantagem de caráter indenizatório - pagamento de despesas com auxílio alimentação para servidores que atuam na educação - possibilidade de custear com parcela dos 40% dos recursos do FUNDEB - matéria apreciada no parecer em consulta TC-07/2008 - encaminhar cópia do parecer em consulta TC-07/2008 à prefeitura municipal de Santa Teresa.

Resultados dos Pareceres Prévios	3º Trim	Acumulado
Prestação de Contas	6	30
Parecer pela aprovação	6	30
Recursos	3	8
Negar provimento – aprovação	2	2
Negar provimento – rejeição	-	1
Provimento - reformular parecer – aprovação	-	2
Não conhecer	1	3
Total⁴	9	38

Resultados dos Acórdãos	3º Trim	Acumulado
JULGAMENTO CONCLUSIVO	141	351
Atos de gestão – Executivos Municipais	7	17
Regular	-	1
Regular com ressalva	-	1
Irregular	2	8
Saneado	5	6
Outros	-	1
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	4	22
Regular	1	12
Regular com ressalva	1	2
Irregular	1	4
Saneado	1	3
Outros	-	1
Prestação de Contas - Demais entidades	79	194
Regular	71	165
Regular com ressalva	4	17
Irregular	1	5
Saneado	3	4
Outros	-	3
Prestação de Contas - Convênio	-	2
Irregular	-	1
Outros	-	1
Denúncias	7	29
Procedente	2	6
Parcial procedente	-	1
Improcedente	3	14
Saneado	2	3
Outros	-	5
Recursos	28	41
Provimento	7	8
Provimento parcial	1	5
Negado provimento	5	6
Saneado	12	13
Outros	3	9
Representação	12	33

⁴ A diferença entre o número de pareceres prévios e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

Resultados dos Acórdãos	3º Trim	Acumulado
Procedente	3	9
Parcialmente procedente	1	4
Improcedente	5	11
Saneado	1	1
Outros	2	8
Outros assuntos	4	13
Regular	-	3
Irregular	-	3
Saneado	2	2
Regular com ressalva	1	3
Outros	1	2
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	3	9
Multa	3	9
Total⁵	144	360

Resultados das Decisões	3º Trim	Acumulado
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	1.364	3.633
Registro	1.364	3.633
Admissão	283	1.552
Aposentadoria	794	1.538
Pensão	175	346
Reforma	44	66
Transferência para reserva	68	126
Revisão de proventos	-	1
Retificação de ato	-	4
Reexame de decisão	-	-
Outras	-	-
Denegar registro	-	-
Demais decisões – não conclusivas	235	538
Deferir parcelamento	1	1
Arquivar	55	112
Revelia	16	51
Quitação	8	9
Consulta - não conhecer	8	12
Apurar em auditoria (especial, extraord. ou ordinária)	-	1
Devolver à origem	14	28
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	-
Notificar / citar por edital	-	2
Alerta	77	177
Notificar para contra-razões	-	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	4	7
Determinar / recomendar a suspensão do certame	-	6
Denúncia – receber / apurar	-	4
Outras	52	128
Total	1.599	4.171

⁵ A diferença entre o número de acórdãos e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS

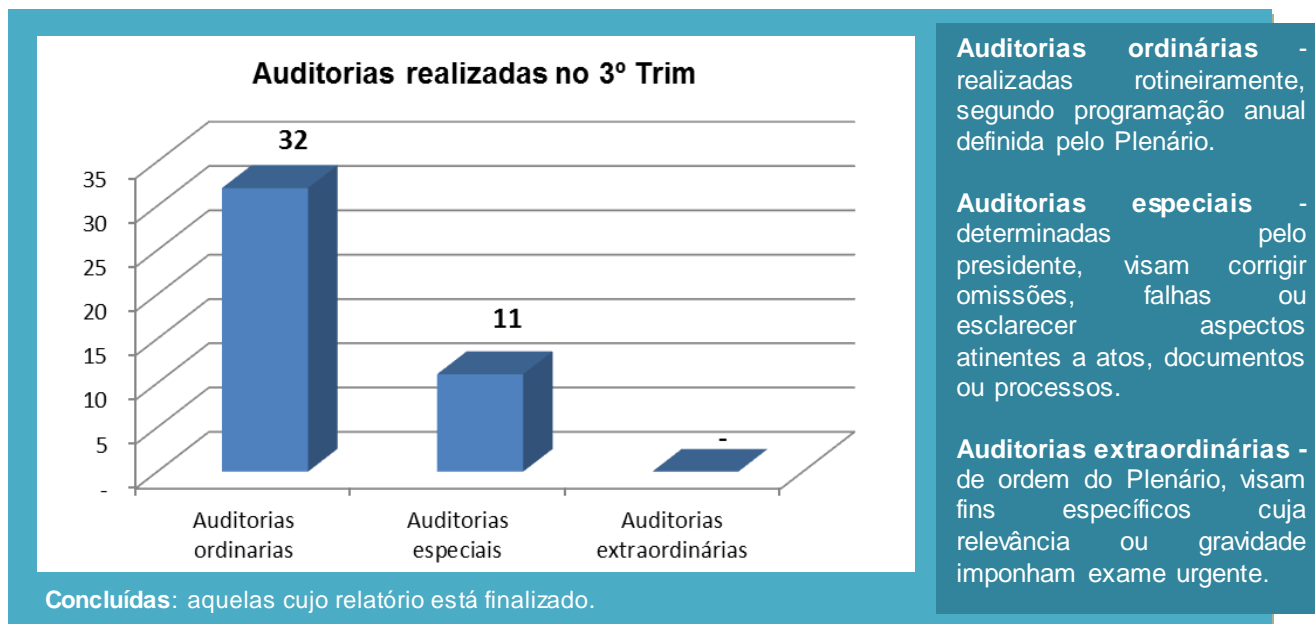
A Controladoria-Geral Técnica é a unidade responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades sob sua subordinação: as subcontroladorias técnicas, as controladorias técnicas e os núcleos NAE e NEC.

O Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas (NEC) tem como responsabilidade a elaboração de Instruções Técnicas Conclusivas em primeiro grau nos processos oriundos das unidades diretamente subordinadas à CGT, bem como a realização de estudos para o correto desenvolvimento do controle externo e orientações para a uniformização da jurisprudência. Os resultados da atuação do NEC estão presentes na tabela *Análise de Prestação de Contas*.

O Núcleo de Engenharia e Obras (NEO) é responsável pela execução das atividades operacionais de fiscalização, orientação e controle dos recursos públicos geridos pelos jurisdicionados do Tribunal de Contas, relacionadas a obras e serviços de engenharia. Dentre as auditorias ordinárias realizadas nesse trimestre, duas foram específicas de engenharia. O NEO também é responsável pelo projeto de implantação do GeoObras, que é um moderno sistema informatizado de controle de obras públicas.

3.2.1 Auditorias

No período foram realizadas 43 auditorias, distribuídas conforme o gráfico abaixo:



3.2.2 Análise de Prestação de Contas

Análise de Prestação de Contas	3º Trim	Acumulado
Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹	76	198
Relatórios da LRF analisados ²	96	311
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	98	335
Instruções preliminares em representações	115	286
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	151	408
de auditoria	31	116
de prestação de contas anual (PCA)	120	292
de tomada de contas especial (TCE)	-	-

Prestações de contas bimestral e anual são obrigações de todo jurisdicionado. Para a apreciação e/ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias Técnicas elaboram, primeiramente, as análises contábeis e, finalmente, as instruções técnicas conclusivas.

1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

2 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

3.2.3 Análise de processos de pessoal sujeitos a registros

Instruções técnicas em processos de pessoal – 7ª CT	3º Trim	Acumulado
Aposentadoria	1.070	3.321
Pensão	181	591
Admissão	852	2.331
Outros	22	27
Total	2.125	6.270

A 7ª Controladoria Técnica é responsável pela análise e fiscalização dos processos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão originados nos órgãos e nas entidades sob a jurisdição deste Tribunal, excluindo-se as nomeações para cargo de provimento em comissão.

3.2.4 Consultas e recursos

Atividades da 8ª CT	3º Trim	Acumulado
Despachos técnicos elaborados	10	21
Consultas pessoais atendidas	28	88
Consultas telefônicas atendidas	209	564
Instruções técnicas elaboradas	80	191
Consulta	3	13
Recurso	77	178
Casos especiais	-	-

A 8ª Controladoria Técnica é responsável pelo apoio à atividade de controle externo e pelas orientações técnicas aos jurisdicionados, mediante a análise e o estudo dos casos especiais, atendendo a consultas, elaborando instrução técnica nas hipóteses de consultas escritas e em recursos, exceto quando se tratar das contas do Governador do Estado e de embargos de

4 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

O Ministério Público Especial de Contas do TCEES, criada por meio da Lei Complementar nº 451/2008, de 6 de agosto de 2008, é composto por três Procuradores Especiais de Contas, sendo um deles, o Procurador Geral. É um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES.

A tabela a seguir registra as atividades realizadas no período em análise.

Atividades do MPEC	3º Trim	Acumulado
Processos distribuídos	2.139	6.358
Pareceres emitidos	1.210	3.686
Termos de atualização de valores a cobrar	20	76
Termos de verificação de valores pagos	62	103
Novas cobranças cadastradas no sistema	18	53

Dessas atividades, destacam-se os pareceres emitidos, por assunto, conforme tabela abaixo:

Assunto dos pareceres emitidos	3º Trim	Acumulado
Análise da prestação de contas	1	1
Auditoria	1	1
Auditoria - especial	-	2
Auditoria – extraordinária	-	2
Auditoria - ordinária	9	18
Auditoria - relatório	-	15
Auditoria - relatório engenharia	-	1
Auditoria - solicitação	1	3
Comunicação	-	2
Comunicação instauração tomada de contas	1	10
Consulta	8	22
Denúncia	31	75
Direito de petição	1	1
Embargos de declaração	8	13
Encaminhamento	4	5
Estudo de casos especiais	1	1

Assunto dos pareceres emitidos	3º Trim	Acumulado
Lei orçamentária anual	1	1
Pessoal - admissão	255	1.080
Pessoal - aposentadoria	382	1.058
Pessoal - edital concurso público	1	3
Pessoal - pensão	65	222
Pessoal - reforma	6	35
Pessoal - reserva remunerada	28	114
Pessoal – TCEES	-	4
Plano Plurianual	-	1
Prestação de contas anual	161	416
Prestação de contas bimestral	42	79
Prestação de contas - término gestão	-	1
Recurso	-	1
Prestação de contas de convênio	1	1
Recurso de reconsideração	38	71
Recurso de revisão	7	12
Reexame de decisão	17	18
Requerimento	-	4
Relatório de gestão fiscal	28	71
Relatório resumido de execução orçamentária	81	220
Representação	27	94
Requerimento	1	1
Tomada de contas	3	3
Tomada de contas especial	-	4
Total	1.210	3.686

(valores em R\$)

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	Acumulado
Total de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado	383.842,35
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	222.340,91
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	161.501,44

5 CORREGEDORIA GERAL

A Corregedoria Geral do TCEES, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor Geral o Conselheiro Domingos Augusto Taufner (biênio 2012/2013).

Em atendimento ao art. 8º do Regimento Interno desta Corte de Contas, a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/2011	Em andamento. Encaminhado a Presidência em 30/07/12.
4067/2011	Representação	22/06/2011	Em andamento. Encaminhado ao GAP em 02/07/12.
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Em andamento na Corregedoria. Instaurado sindicância em julho/2011. Concluído pela Comissão de Sindicância e entregue ao Corregedor em 22/08/11.
831/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Em andamento na Corregedoria.
832/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Em andamento na Corregedoria.
122/2012	Representação	09/04/2012	Em andamento na Corregedoria.
4612/2012	Encaminhamento	20/07/2012	Portaria N 056/2012 de 14/08/2012. Sindicância. Encaminhado GAP em 05/09.
5485/2012	Requerimento	16/08/2012	Em andamento. Encaminhado ao GAP em 22/8.
5486/2012	Fornecimento Informação	16/08/2012	Portaria N 057/2012 de 27/08/2012. Sindicância. Encaminhado Comissão de Sindicância.
6446/2008	Representação	07/10/2008	Em andamento na Corregedoria.

6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Controladoria-Geral Administrativa é composta por três Controladorias Administrativas – CA's, conforme organograma do Anexo 2. Algumas atividades administrativas são feitas com o apoio de Núcleos.

6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A 1ª Controladoria Administrativa (1ª CA) é responsável tanto pelo controle orçamentário quanto pela execução financeira do TCEES.

O orçamento do TCEES para o exercício de 2012 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 99.391.739,00, sendo R\$ 99.091.739,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 300.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

No decorrer do 1º trimestre houve um acréscimo de R\$ 2.000.000,00, por superávit financeiro do TCEES, conforme Decreto nº 183-S, de 02/02/12 (DOE – 03/02/12).

No decorrer do 2º trimestre houve um crédito suplementar de R\$ 900.000,00, conforme Decreto nº 672-S de 30/04/12 (DOE – 02/05/12), que provocou um acréscimo no orçamento de R\$ 750.000,00 por superávit financeiro do TCEES.

No decorrer do 3º trimestre houve dois créditos suplementares de R\$ 11.000.000,00 cada sendo o primeiro conforme Decreto nº 1354-S, de 24/07/12 (DOE – 25/07/12) e o segundo conforme Decreto nº 1757-S, de 20/09/12 (DOE – 21/09/12). Ambos os créditos provocaram um acréscimo no orçamento de R\$ 3.000.000,00, por superávit financeiro do TCEES e R\$ 19.000.000,00 de recursos ordinários do Poder Executivo.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/09/12.

(valores em R\$)

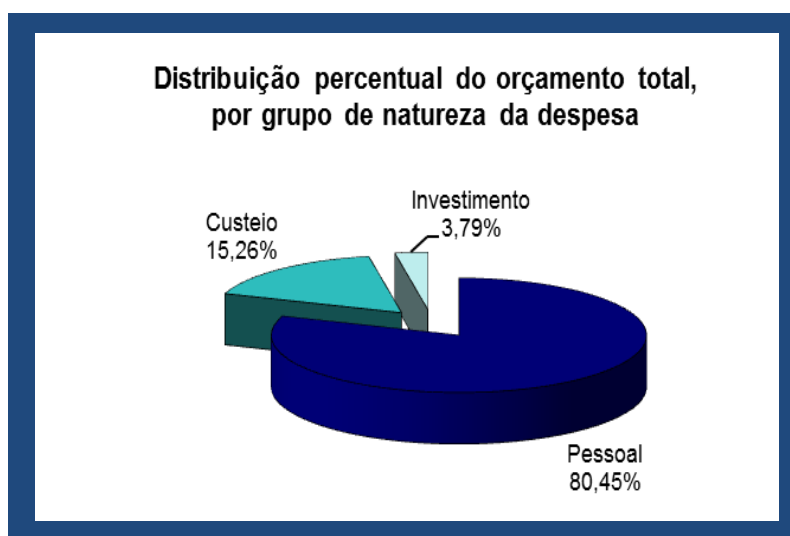
Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	96.452.239,00	119.437.239,00	86.618.241,80	71.232.389,49	70.899.437,77
Pessoal	82.167.293,00	100.487.293,00	74.485.214,20	63.516.600,06	63.188.128,34
Pessoal - Ativo	67.167.293,00	85.487.293,00	74.485.214,20	63.516.600,06	63.188.128,34
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	15.000.000,00	15.000.000,00	Crédito contido	Crédito contido	Crédito contido
Outras despesas (custeio)	14.284.946,00	18.949.946,00	12.133.027,60	7.715.789,43	7.711.309,43
Despesas de capital (investimento)	2.939.500,00	4.704.500,00	1.139.840,77	704.940,11	703.030,11
Total Geral	99.391.739,00	124.141.739,00	87.758.082,57	71.937.329,60	71.602.467,88
Total Disponível ⁽³⁾	84.391.739,00	109.141.739,00			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 9.782/12 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição percentual da dotação orçamentária geral, por grupo de natureza da despesa.



A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no relatório de gestão fiscal (DOE – 28/09/12), disponível no portal www.tce.es.gov.br.

Descrição	2012	
	1º Quadr.	2º Quadr.
Despesa c/ pessoal para fins de apuração do limite – R\$	63.927.809,08	70.249.275,35
Receita Corrente Líquida – R\$	10.259.232.169,75	10.632.221.294,86
Limite apurado – %	0,623	0,661
Limite máximo – 1,30 %	133.370.018,21	138.218.876,83
Limite prudencial – 1,24 %	126.701.517,30	131.307.932,99

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2011 a AGOSTO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	78.227.623,51	163.661,31
Pessoal Ativo	78.207.280,88	154.039,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	20.342,63	9.621,97
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	8.142.009,47	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	8.142.009,47	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	70.085.614,04	163.661,31
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	70.249.275,35	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	10.632.221.294,86
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,661
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	138.218.876,83
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	131.307.932,99

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 18 de setembro de 2012.

Nota:

Na Despesa Bruta com Pessoal, Pessoal Ativo:

- a) na coluna Despesas Executadas – Inscritas em Restos a Pagar Não Processados, foi desconsiderado o montante de R\$ 6.331,48 (seis mil e trezentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos), decorrente de cancelamentos de restos a pagar inscritos em dezembro de 2011 e consideradas como despesa realizada no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64, procedidos no exercício de 2012.

Conselheiro SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE
MACEDO
Presidente

EDUARDO GIVAGO COELHO MACHADO
Diretor Geral de Secretaria

LUIS FILIPE VELLOZO NOGUEIRA DE SÁ
Coordenador do Núcleo de Controle Interno

JOSÉ CLÁUDIO DEL PUPO
Chefe da 1ª Controladoria Administrativa

6.2 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro de pessoal do TCEES está distribuído conforme tabelas a seguir:

Servidores por categoria	2011	2012		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
A disposição do TCEES	1	1	1	1
Cedidos pelo TCEES	18	13	13	13
Servidores do TCEES	648	625	630	628
Em atividade	499	476	480	475
Efetivos	247	247	246	242
Comissionados	234	211	216	215
Estáveis	18	18	18	18
Inativos	149	149	150	153

Estagiários	2011	2012		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
Nível superior	70	67	82	80
Nível médio	34	23	33	30
Total	104	90	115	110

No TCEES, a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento - Escola de Contas Públicas – ECP é a unidade responsável pela participação dos servidores e membros do TCEES em eventos de capacitação promovidos pela própria ECP e por outras instituições. As tabelas a seguir demonstram os principais resultados do trimestre.

Resultados da capacitação	3º Trim	Acumulado
Eventos	65	117
Eventos para servidores do TCEES	24	67
Interno (promovido pelo TCEES)	1	10
Externo (promovido por outras instituições)	15	28
Iniciativa do servidor	2	8
Outros eventos	6	21
Eventos para jurisdicionados TCEES	41	50
Pessoas capacitadas	2.534	3.292
Servidores e membros do TCEES	415	883
Jurisdicionados	2.119	2.409
Horas de capacitação	21.675	34.321
Servidores e membros do TCEES	3.075	11.466
Jurisdicionados	18.600	22.855

Temas dos eventos de capacitação realizados para servidores do TCEES

Interno (promovido pelo TCEES):

- Sistema informatizado de controle de obras públicas - GEO - OBRAS - 26/09/2012

Externo (promovido por outras instituições):

- Seminário transparência e controle (55 anos TCEES) - Centro de Convenções de Vitória - 18/07/12 - Vitória/ES.
- Treinamento experencial ao ar livre – TEAL – 05 e 06/07/12 - Guarapari/ES.
- Fundamentos do direito administrativo disciplinar - Vitória/ES - 10/07/2012.
- Análise de pontos de função: medições e estimativas de software - Vitória/ES - 10 a 13/07/12.
- 1º Seminário nacional de perícia do IBAPE - Vila Velha/ES - 08 a 10/08/12.
- VIII Fórum brasileiro de controle da administração pública - Rio de Janeiro/RJ - 08 e 09/08/12.
- I Congresso nacional da ABRAP - São Paulo/SP - 08 a 10/08/12.
- IV Seminário terceiro setor e parcerias na área de saúde - São Paulo/SP - 09 e 10/08/12.
- Encontro nacional sobre atividades de inteligência de controle externo - Brasília/DF - 15 a 17/08/12.
- 2º Encontro nacional de atos de pessoal - Florianópolis/SC - 20 e 21/08/12.
- Issais diretrizes de setor público - BID - Brasília/DF - 20 a 24/08/12.
- VIII Encontro nacional de controle interno "acesso a inf. e prev. a corrup." - São Paulo/SP - 23 e 24/08/12.
- VI Fórum brasileiro de controle e auditoria da administração pública - Goiânia/GO - 17 e 18/09/12.
- IV Simpósio nac. One Cursos rev. e atual: questões pol. sobre legis. pessoal na adm. pub. - Rio de Janeiro/RJ - 25 a 28/09/12.
- V Fórum nacional de bibliotecários e arquivistas dos tribunais de contas - Florianópolis/SC - 26 a 28/09/12.

Iniciativa do servidor:

- Auditoria governamental - Brasília/DF - 08/05 a 03/07/12.
- Controles na administração pública - Brasília/DF - 07/08 A 06/09/12.

Outros Eventos:

- Visita técnica ao TCE de Santa Catarina – TCE-SC - 30 e 31/07/12.
- Visita técnica ao TCE de Mato Grosso – TCE-MT - 13 a 17/08/12.
- Reunião da elaboração do plano de ação ref. ao planej. estrat. 2012-2017 do IRB - Brasília/DF - 16 e 17/08/12.
- Word 2010 básico - EMES/TJEES - 20 a 24/08/12.
- Excel 2010 intermediário - EMES/TJEES - 24 a 28/09/12.
- Posse cons. Cristina de Castro Moraes - São Paulo/SP e III Olimpíada dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil - Goiania/GO - 02 a 04/09/12.

Temas dos eventos de capacitação realizados para jurisdicionados do TCEES

- Seminário transparência e controle (55 anos TCEES) - Centro de Convenções Vitória/ES - 18/07/12
- Eventos para jurisdicionados in loco - Polo Colatina – 30/07 a 08/08/12
 - Gestão e fiscalização de contratos adm - 30 e 31/07/2012
 - Gestão de almoxarifado e patrimônio público - 01 e 02/08/2012
 - Workshop: respons. e proc. No tcees sob a persp. da nova lei orgânica - 03/08/2012
 - Workshop: sistema de controle interno - 06/08/2012
 - Workshop: orientações para final de mandato - 07/08/2012
 - Workshop: plano de contas - 08/08/2012
- Eventos para jurisdicionados in loco - Polo Nova Venécia – 06 a 15/08/12
 - Gestão e fiscalização de contratos adm - 06 e 07/08/2012
 - Gestão de almoxarifado e patrimônio público - 08 e 09/08/2012
 - Workshop: respons. e proc. No tcees sob a persp. da nova lei orgânica - 10/08/2012
 - Workshop: sistema de controle interno - 13/08/2012
 - Workshop: plano de contas - 14/08/2012
 - Workshop: orientações para final de mandato - 15/08/2012
- Eventos para jurisdicionados in loco - Polo Venda Nova do Imigrante – 13 a 22/08/12
 - Gestão de almoxarifado e patrimônio público - 13 e 14/08/2012
 - Gestão e fiscalização de contratos adm - 15 e 16/08/2012
 - Workshop: respons. e proc. no TCEES sob a persp. da nova lei orgânica - 17/08/2012
 - Workshop: sistema de controle interno - 20/08/2012
 - Workshop: orientações para final de mandato - 21/08/2012
 - Workshop: plano de contas - 22/08/2012
- Eventos para jurisdicionados in loco - Polo Cachoeiro de Itapemirim – 15 a 24/08/12
 - Gestão de almoxarifado e patrimônio público - 15 e 16/08/2012
 - Workshop: sistema de controle interno - 17/08/2012
 - Gestão e fiscalização de contratos adm - 20 e 21/08/2012
 - Workshop: orientações para final de mandato - 22/08/2012
 - Workshop: plano de contas - 23/08/2012
 - Workshop: respons. e proc. no TCEES sob a persp. da nova lei orgânica - 24/08/2012
- Eventos para jurisdicionados in loco - Polo Grande Vitória – 29 a 05/09/12
 - Workshop: plano de contas - 29/08/2012
 - Workshop: sistema de controle interno - 30/08/2012
 - Workshop: respons. e proc. no TCEES sob a persp. da nova lei orgânica - 31/08/2012
 - Workshop: orientações para final de mandato – 03/09/2012
 - Gestão e fiscalização de contratos adm - 04 e 05/09/2012
- Sistema informatizado de controle de obras públicas – GEO-Obras – 11 a 14/09/12, 17 a 20/09/12, 25/09/12, 27 a 28/09/12.

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca:

Expansão do Acervo Documental	2011	2012		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
Exemplares de livros	5.564	5.568	5.578	5.578
Fascículos de periódicos e diários	13.046	13.142	13.262	13.301
Audiovisuais (CDs, DVDs, fitas, etc)	109	113	114	121
Outros materiais	1.049	1.061	1.067	1.074
Total	19.768	19.884	20.021	20.074

Outras Informações	3º Trim	Acumulado
Empréstimos de material bibliográfico	1.003	3.389
Atendimento ao Público	510	2.087
Interno	391	1.788
Externo	119	299
Consulta/Pesquisa ao Acervo Documental	751	2.540
Acervo bibliográfico	395	1.520
Bases de dados informatizadas	356	1.020
Indexações	1.236	3.551
Artigos de periódicos indexados	351	972
Legislação indexada e consolidada	885	2.579

6.3 SERVIÇOS GERAIS

Destacam-se as atividades de controle dos materiais e do patrimônio do TCEES:

Serviços gerais	3º Trim
Número de bens movimentados	690
Número de requisições ao almoxarifado (*)	1.327

(*) Os serviços de cópias xerográficas estão sendo controlados pela 10ª CT - contrato de locação.

Evolução dos bens patrimoniais do TCEES	2011	2012		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
Valor do patrimônio do TCEES (em R\$)	6.386.657	3.514.914	3.934.620	3.877.194
Estoque de bens patrimoniais	9.336	9.461	9.908	9.977

A diferença entre o valor do patrimônio do TCEES, em 2011 e 2012, refere-se à depreciação acumulada, que foi aplicada da data de aquisição dos bens e começou a constar em relatório a partir de janeiro/2012.

6.4 CONTROLE DOCUMENTAL

A tabela a seguir demonstra as atividades relacionadas ao Controle Documental:

Controle documental	3º Trim	Acumulado
Correspondências expedidas	6.116	13.524
Correspondências recebidas	4.283	13.176
Processos arquivados	512	2.351
Processos desarquivados	729	2.301
Processos autuados	1.886	6.226

Os processos autuados estão distribuídos nos seguintes assuntos:

Autuação de processos de controle externo, por assunto	3º Trim	Acumulado
Processos de Pessoal do TCEES	2	32
Pessoal TCEES	2	32
Processos Administrativos do TCEES	125	359
Treinamento	1	5
Curso	7	19
Palestra	-	5
Seminário	3	7
Encontro Técnico	5	7
Forum	5	7
Congresso	7	13
Conferência	-	1
Reunião	2	13
Visita técnica	3	6
Cessão de servidor	1	8
Concessão suprimentos de fundos	2	11
Concessão diárias	1	3
Doação de bens móveis	1	4
Cessão de uso	1	1
Capacitação de servidores do TCEES	1	3
Convênio	1	3
Convênio estágio	3	13
Convênio coop. tec. financeira	-	1
Comissão técnica	-	1
Cooperação interinstitucional	1	5
Convênio cooperação técnica	2	2
Reclamação	-	1
Pessoal folha de pagamento	-	1
Pessoal concurso público	1	2
Pessoal Prodep	-	2
Pessoal hora extra	4	11
Pessoal subsídio	-	1
Pessoal procedimento administrativo	4	4
Projetos	-	1
Proposta orçamentária	1	1
Aquisição material consumo	12	32

Aquisição material permanente	14	36
Aquisição serviços de terceiros	42	128
Outros assuntos	-	1
Processos de Controle Externo	1.759	5.835
Prestação de Contas Anual	-	423
Encaminhamento	8	16
Comunicação	-	2
Prestação de contas término de gestão	1	1
Tomada de Contas	1	3
Tomada de Contas Especial	4	12
Relatório de Gestão Fiscal	27	79
Precatórios	4	10
Auditoria - Contas ordenadores	1	1
Lei de Diretrizes Orçamentária	4	78
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	57	226
Plano Plurianual	-	3
Lei Orçamentária Anual	-	79
Prestação de Contas Bimestral	28	86
Comunicação Instauração Tomada de Contas	2	14
Instauração de TCE	2	2
Representação	74	171
Direito de petição	-	1
Recurso de Revisão	2	7
Contrarrazões	-	2
Recurso de Reconsideração	5	22
Pedido de reconsideração	1	1
Embargos de Declaração	6	11
Requerimento	13	28
Recurso	1	1
Pedido de reexame	2	2
Fiscalização ordinária - Auditoria	33	33
Auditoria Solicitação	-	4
Auditoria Relatório	-	63
Auditoria Especial	-	4
Auditoria Diligência	-	1
Atos Pessoal Registro	1	1
Denúncia	29	66
Reclamação	1	1
Consulta	9	36
Estudo de casos especiais	2	2
Fornecimento de cópia de peça de processo	-	2
Fornecimento de informações	2	3
Pessoal Admissão	674	1.527
Pessoal Aposentadoria	545	2.008
Pessoal Pensão	95	422
Pessoal Reforma	33	90
Pessoal Reserva Remunerada	88	277
Pessoal Edital Concurso Público	4	13
Pessoal Férias-Prêmio	-	1
Total	1.886	6.226

7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Relatório de Atividades	Elaborado pelo Núcleo de Planejamento e Projetos (NPP) e encaminhado à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, § 4º da Constituição Estadual.
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Terminal de auto-serviço (Totem)	Instalado na recepção da sede do TCEES, o equipamento pode ser manuseado facilmente, seja por toques na tela, seja por intermédio do teclado.
Responsabilidade Social	Destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES.

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Nas tabelas abaixo estão apresentadas as atividades de divulgação externa e interna, realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social – NCS, nesse último trimestre.

Comunicação externa	3º Trim	Acumulado
Atendimentos a jornalistas	87	348
Jornalistas recebidos no TCEES	78	286
<i>Releases</i> enviados à imprensa	21	41
Textos produzidos para o Informativo <i>Acontece</i>	5	15
Edições do Informativo <i>Acontece</i> publicadas	1	3
Exemplares do Informativo <i>Acontece</i> postados	2.000	4.800
Textos institucionais elaborados	-	-
Publicações	15	15
Notícias inseridas no Portal	5	17
Visitas realizadas (Relações Institucionais)	-	-

Comunicação Interna	3º Trim	Acumulado
Notícias publicadas no mural <i>Notícias no Ponto</i>	118	334
Notícias inseridas na Intranet	43	108
Eventos fotografados	48	97

No 3º trimestre foram realizados os seguintes eventos no auditório:

Eventos no auditório	3º Trim	Acumulado
Eventos promovidos pelo TCEES	2	8
Empréstimos do auditório	5	19
Total	7	27

8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As tabelas a seguir registram as informações da Tecnologia da Informação, no período.

Atividades da Tecnologia da Informação	3º Trim	Acumulado
Atendimentos de suporte ao uso da informática	1.345	3.707
Auditorias com participação da CTI	1	2

Evolução da Tecnologia da Informação	2011	2012		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
Estações de trabalho	445	445	440	529
Servidores com acesso à Internet	480	477	474	530
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	7	9	9	3
Sistemas em funcionamento	35	35	35	35
Desenvolvidos pela CTI	23	23	23	23
Adquiridos	12	12	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas e nova classificação funcional-programática.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.

9 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI) instituído por meio da Resolução TC N.º 223, de 16 de dezembro de 2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, e integra o Sistema de Controle Interno do TCEES juntamente com as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

Ao NCI compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES. Sua estrutura organizacional possui 01 (um) Auditor de Controle Externo, 01 (um) Assistente Técnico e 02 (dois) estagiários.

Atividades da Corregedoria	Descrição
Reuniões com as unidades do TCEES	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno; - Visitas aos setores (1ª CA, 2ª CA, 3ª CA, NPP) para supervisionar a implementação do Sistema de Controle Interno.
Reuniões realizadas com o Núcleo de Controle Interno/Controladoria Geral Técnica e jurisdicionados – Implantação dos Sistemas de Controle Interno previsto na Resolução TC 227/2011	<ul style="list-style-type: none"> - Foram realizadas reuniões para tratar da implantação do Sistema de Controle Interno, previsto na Resolução TC 227/2011, com os seguintes jurisdicionados: Câmara de Água Doce do Norte; Controladoria Geral da Serra (NCI/ CGT); Controladoria de Santa Leopoldina; Prefeitura de Apiacá; Prefeitura de Pancas; Câmara de Pancas; Prefeitura de Vila Velha; Câmara de Itarana; Prefeitura de Fundão; Reunião com MP; Reunião com o TJ.
Participação de servidores do NCI em Conselhos, Grupos de Trabalho, Conferências e Treinamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário de transparência e controle no Centro de Convenções. Data: 18/07/2012 - Palestra ministrada pelo servidor do setor NCI sobre Controle Interno em Colatina. Data: 06/08/2012 - Palestra ministrada pelo servidor do setor NCI sobre Controle Interno em Nova Venécia. Data: 13/08/2012 - Palestra ministrada pelo servidor do setor NCI sobre Controle Interno em Venda Nova do Imigrante. Data: 17/08/2012 - Palestra ministrada pelo servidor do setor NCI sobre Controle Interno em Cachoeiro de Itapemirim. Data: 20/08/2012 - Participação no Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno – CONACI em São Paulo. Data: 22/08/2012 a 24/08/2012 - Palestra ministrada pelo servidor do setor NCI sobre Controle Interno na Escola de Contas. Data: 30/08/2012
Normas Internas dos setores 1ª CA, 2ª CA, 3ª CA e NPP finalizadas	<ul style="list-style-type: none"> - 1ª CA - Norma sobre Registro da Execução do PPA / Norma sobre Controle das Disponibilidades Financeiras. - 2ª CA - Norma sobre Controle e Distribuição de Material de Consumo. (Almoxarifado) / Norma sobre Registro e Controle de bens móveis. (Patrimônio) / Norma sobre o Uso e Manutenção de Veículos. (Transportes) / Norma sobre Abastecimento de Veículos. (Transportes) - 3ª CA - Norma sobre Exoneração / Norma sobre Férias. - NPP - Elaboração da Proposta Orçamentária Anual.

10 NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

Neste trimestre, podemos destacar como principais ações do Núcleo de Planejamento e Projetos (NPP) a definição e apresentação do Portfólio de Projetos da Gestão 2012-2013 e a elaboração e aprovação da Resolução TCEES nº 235/2012, que dispõe sobre a constituição e gestão de projetos no âmbito do TCEES.

Atividades do NPP	Descrição
Participação em eventos	- Reunião de trabalho - elaboração do Plano Estratégico do Instituto Rui Barbosa, 15 a 18/08/12, em Brasília - DF.
Acompanhamento da execução dos seguintes projetos	- Desenvolver sistema de prestação de contas municipal informatizado; - Elaborar novo regimento interno; - Adequar os procedimentos contábeis do TCEES à nova contabilidade pública; - GEO-OBRA; - Modernizar o programa de estágio do TCEES; - Implantar o diário oficial eletrônico do TCEES - Orçamento 2013; - Realizar concurso público; - Concurso público para anexo do TCEES.

Na tabela abaixo, detalhamos os projetos iniciados nesse trimestre:

Projetos iniciados no trimestre		
Projeto	Alinhamento estratégico	Descrição
Desenvolver sistema de prestação de contas municipal informatizada	Objetivo estratégico nº 6 - <i>Ampliar o uso da tecnologia de informação nas ações de controle.</i>	- Desenvolver um Sistema Informatizado de Prestação de Contas (Módulo 1: Prestações de Contas Bimestrais - PCB; Módulo 2: Prestações de Contas Anuais -PCA) dos jurisdicionados municipais do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público. - Instituído por meio da Portaria N nº 52/2012 (DOE 18/07/12).
Promover o XV Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas	Objetivo estratégico nº 1 - <i>Contribuir para o aprimoramento da gestão pública.</i>	- Realizar em 2013 o XV SINAOP, na cidade de Vitória-ES, sob a coordenação do TCEES e em parceria com o IBRAOP. - Instituído por meio da Portaria N nº 59/2012 (DOE 30/08/12).
Elaborar nova política de controle externo	Objetivo estratégico nº 4 - <i>Aprimorar e padronizar os processos de trabalho e instrumentos de controle.</i>	- Elaborar a nova política de controle externo para o TCEES. - Instituído por meio da Portaria N nº 63/2012 (DOE 24/09/12).
Nova Contabilidade Pública no TCEES	Objetivo estratégico nº 15 - <i>Aprimorar o planejamento e execução orçamentária.</i>	- Implementar ações para adequação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos do TCEES para convergências às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
Realizar pesquisa anual sobre o nível de conhecimento do IRB	Objetivo estratégico nº 5 - <i>Intensificar as relações de parceria interinstitucionais e intergovernamentais.</i>	- Realizar pesquisa anual sobre o nível de conhecimento do Instituto Rui Barbosa.

ANEXOS

ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA

O Tribunal, criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Titular de autonomia administrativa e financeira e sem qualquer subordinação hierárquica, sua competência constitucional é a de auxiliar os Poderes Legislativos estadual e municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública.

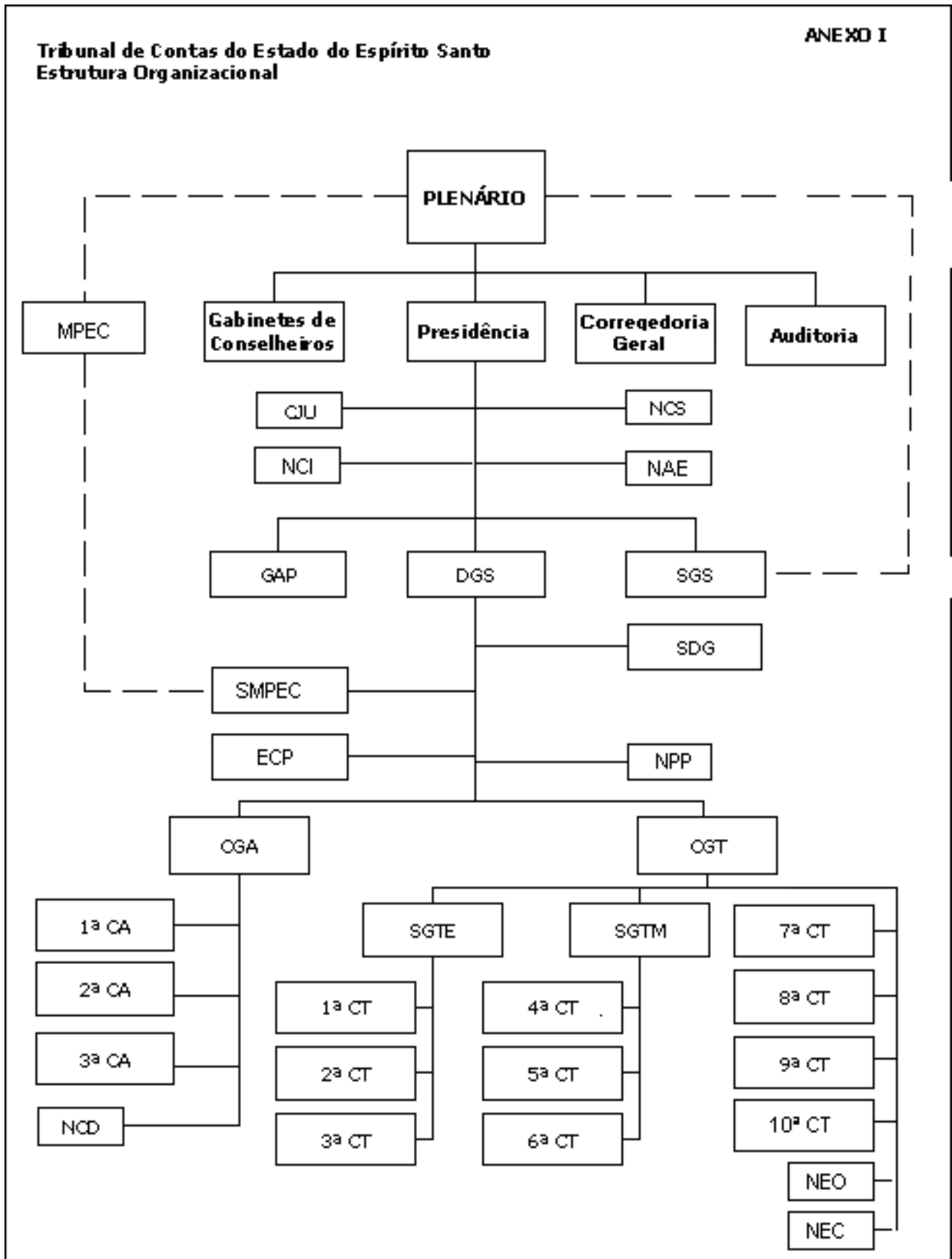
Este controle é exercido por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas contas do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores especiais de contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

ANEXO 2 – ORGANOGRAMA



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Ministério Público Especial de Contas	MPEC
Consultoria Jurídica	CJU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Assuntos Estratégicos	NAE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Subdiretoria Geral de Secretaria	SDG
Secretaria do Ministério Público Especial de Contas	SMPEC
Escola de Contas Públicas	ECP
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Controladoria Geral Administrativa	CGA
1ª Controladoria Administrativa	1ª CA
2ª Controladoria Administrativa	2ª CA
3ª Controladoria Administrativa	3ª CA
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Controladoria Geral Técnica	CGT
Subcontroladoria-Geral Técnica/Estado	SGTE
Subcontroladoria-Geral Técnica/Município	SGTM
1ª Controladoria Técnica	1ª CT
2ª Controladoria Técnica	2ª CT
3ª Controladoria Técnica	3ª CT
4ª Controladoria Técnica	4ª CT
5ª Controladoria Técnica	5ª CT
6ª Controladoria Técnica	6ª CT
7ª Controladoria Técnica	7ª CT
8ª Controladoria Técnica	8ª CT
9ª Controladoria Técnica	9ª CT
10ª Controladoria Técnica	10ª CT
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC

ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ATOS DO PLENÁRIO

1 Atos Normativos

1.1 Resoluções

Nº	Ementa das Resoluções	Data
244	Altera dispositivos da Resolução nº 208, de 21 de fevereiro de 2006, que institui e regulamenta o Programa de Estágio de Complementação Educacional no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	20.07.2012
245	Dispõe sobre o Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas - GEO-OBRA S ES e estabelece procedimentos de cadastramento e acompanhamento de obras e serviços de engenharia, executados pelas unidades gestoras estaduais e municipais e dá outras providências.	25.07.2012
246	Altera o §2º do artigo 197 da Resolução TC nº 182, de 12 de dezembro de 2002, que aprovou o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	08.08.2012
247	Regulamenta a remessa ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício e da prestação de contas bimestral das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 e dá outras providências. ANEXO A - Modelo de formulários para preenchimento de dados cadastrais. ANEXO B - Layout dos arquivos xml. Este documento apresenta uma especificação dos layouts dos arquivos em formato XML – eXtensible Markup Language, a serem encaminhados pelos jurisdicionados a este Tribunal no processo de Prestação de Contas. PLANO DE CONTAS – PCASP TCEES 2013.	25.09.2012
Total no trimestre		4

2 Acórdãos

2.1 Julgamento conclusivo⁶

Nº	Atos de Gestão - Executivo Municipal	Ex.	Sessão	Decisão
0223	P. Anchieta (Edival José Petri)	07	10/07	Processo saneado. Quitação.
0232	P. Rio Bananal (Felismino Ardizzon)	07	12/07	Processo saneado. Quitação.
0264	P. Alfredo Chaves (Ruzerte de Paula Gaigher)	03	14/08	Irregular. Multa de 500 VRTE.
0270	P. Viana (Solange Siqueira Lube)	08	21/07	Processo saneado. Quitação.
0276	P. Aracruz (Ademar Coutinho Devens)	07	23/08	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Chamoun e João Luiz, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento.
0277	P. Barra de São Francisco (Waldeles Cavalcante)	06	23/08	Processo saneado. Quitação.

⁶ Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

0290	P. Iconha (Edelson Brandão Paulino)	07	28/08	Irregular. Multa 500 VRTE. Determinação
0223	P. Anchieta (Edival José Petri)	07	10/07	Processo saneado. Quitação.
Total no trimestre				7

Nº	Prestação de Contas - Assembléias e Câmaras	Ex.	Sessão	Decisão
0238	C. Linhares (Ademir José de Lima)	08	17/07	Regular com quitação. Trasladar documentação de f. 197/583 destes autos e f. 77/197 dos autos TC-3370/09, autuando-a como Representação. Notificação em 30 dias para apresentar documentação. Determinação.
0261	C. Marilândia (Tenório Gomes da Silva)	09	09/08	Irregular. Ressarcimento 37.363,78 VRTE. Multa 500 VRTE. Recomendação
0278	C. Ecoporanga (Jordimar Vieira Damasceno)	05	23/08	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Chamoun e João Luiz, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento.
0340	C. Vitória (Antônio Alexandre dos Passos Souza, Tereza Cristina Venuto Braga, Geruza Guerra Correa e Helma Sonali Habib Fafá)	10	27/09	Regular com ressalva. Quitação. Recomendações
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)				4

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0205	SAAE Alfredo Chaves (Osvaldo Sgulmaro)	10	03/07	Regular com quitação.
0208	Hospital João dos Santos Neves (Ana Lúcia Duque Barbosa, Alberto Luís de Souza Saraiva e Fábio Bastianelle da Silva)	09	03/07	Regular com quitação.
0209	Procuradoria Geral do Estado (Rodrigo Rabello Vieira)	09	03/07	Regular com quitação.
0210	Superintendência Regional de Saúde de Colatina (Cybeli Pandini Giurizzato Almeida)	08	03/07	Regular com quitação.
0211	Fundo de Reequipamento da Polícia Civil (Júlio César Oliveira Silva)	10	05/07	Regular com quitação.
0212	Hospital Dório Silva (Eumann Mattos Rebouças)	10	05/07	Regular com quitação.
0213	Hospital Maternidade Silvio Avidos (José Tadeu Marino)	10	05/07	Regular com quitação.
0214	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – FUNCITEC (Luciano Terra Peixoto, Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari e Maria Tereza Colnaghi Lima)	09	05/07	Regular com quitação.
0215	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ibirapu (Rosemeri do Rosário Depizzol)	09	05/07	Regular com quitação. Recomendações.
0216	Hospital Dra. Rita de Cássia (Fábio Bastianelle da Silva)	09	05/07	Regular com quitação.

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0217	Hospital Infantil e Maternidade Dr. Alzir Bernardino Alves (Gisele Aparecida de Lima Oliveira e Oliveira)	08	05/07	Regular com quitação.
0218	Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro (Inês Ventura Sessa)	08	05/07	Regular com quitação.
0224	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia-FUNCITEC (Aureliano Nogueira da Costa, Maria Tereza Colnaghi Lima e Valéria Fagundes)	10	10/07	Regular com quitação.
0225	Superintendência Regional de Saúde de São Mateus (Wesllem Reis da Silva e Jorge Silva)	09	10/07	Regular com quitação.
0226	Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silves (Fabiano Marily)	10	12/07	Regular com quitação.
0227	Superintendência Regional de Saúde de Colatina (Cybeli Pandini Giurizzato Almeida)	10	12/07	Regular com quitação.
0236	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vargem Alta (Julimar Debona Sartori)	09	12/07	Processo saneado. Quitação.
0239	IPAS Boa Esperança (Domingos Ramos de Oliveira Souza)	10	17/07	Regular com quitação. Por maioria, vencido o Conselheiro João Luiz Cotta Lovatti, que acompanhou o andamento do MPFC
0241	IPAS Iconha (José Manoel Monteiro de Castro)	09	17/07	Processo saneado. Quitação.
0243	Fundo do Trabalho Penitenciário (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	08	17/07	Regulares com quitação.
0246	Hospital Pedro Fontes (Nélio Almeida dos Santos)	10	24/07	Regular com quitação.
0249	Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Militar (Antonio Carlos Barbosa Coutinho e Oberacy Emmerich Júnior)	08	26/07	Regulares com quitação
0250	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do ES (Fronzio Calheira Mota)	08	31/07	Regulares com quitação. Recomendações.
0251	Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON (Antônio Caldas Brito e Ademir Santos Cardoso)	11	02/08	Regular com quitação.
0252	Diretoria de Saúde da Polícia Militar do ES (Antônio Carlos Sant'ana Gomes e Walter Teixeira de Mello Júnior)	08	02/08	Regular com quitação.
0253	IPAS Cariacica (Ilca Rodrigues Barcelos)	09	02/08	Regular com Ressalva. Quitação. Determinação. Recomendações.
0254	Fundo de Cultura do Estado do ES-FUNCULTURA (José Paulo Viçosi)	11	07/08	Regular com quitação.
0255	Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim (Jathir Gomes Moreira e Jair Ferraço Júnior)	11	07/08	Regular com quitação. Recomendação.
0256	Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro (Antônio Dalto e Márcia Cravo Machado)	11	07/08	Regular com quitação.
0258	Fundo Municipal de Saúde de Santa Leopoldina (Creuza Barbosa da Silva Rodrigues, Amanda Muller Andrade Siller e Mariana Nunes do Amaral)	10	07/08	Regular com quitação.
0259	IPAS Linhares (Amantino Pereira Paiva)	10	07/08	Regular com quitação.
0265	Fundo Municipal de Saúde de Alto Rio Novo (Edson Soares Benfica)	08	14/08	Processo saneado. Quitação.

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0266	INCAPER (Evair Vieira de Melo)	10	14/08	Regular com quitação.
0272	IPAS São Gabriel da Palha (Aldivino Antunes Pinto, Everaldo Pessi e Lucilena Uliana Bassetti)	10	23/08	Regular com quitação. Recomendações.
0282	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Aureliano Nogueira da Costa, Anilton Salles Garcia, Maria Tereza Colnaghi Lima e Valéria Fagundes)	11	23/08	Regular com quitação.
0283	Rádio e Televisão do ES (Marcos José de Aguiar Alencar e Sérgio Ricardo de Oliveira Egito)	10	23/08	Regular com quitação.
0284	Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (Guilherme Andrade Macedo, Lucas Henrique Caser Venturim, Antônio Francisco Arrigoni e	10	23/08	Regular com quitação.
0286	Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa (Andréia Passamani Barbosa Corteletti)	10	28/08	Regular com quitação. Recomendações
0291	Hospital Dra. Rita de Cassia (José Pimenta da Costa, Marliane Santana Sala Sordine Pereira e Kepler Alexandro Reis Junior)	11	28/08	Regular com quitação
0292	Hospital São José do Calçado (Vanda Márcia Ferri Lemos, Fabiana de Matos Moraes e Leandro Teodoro de Almeida)	11	28/08	Regular com quitação. Determinação
0296	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo (José Esmeraldo de Freitas, João Arruela Maio Sobrinho e Alex Mariano)	10	28/08	Regular com quitação. Recomendação
0297	Fundo Municipal de Assistência Social de Muniz Freire (Sônia Marta Soares Mignone)	10	28/08	Regular com quitação. Recomendação
0298	Centro de Reabilitação Física do Estado do Espírito Santo (Inácio Coutinho)	08	28/08	Regular com quitação
0299	Fundo Municipal de Saúde de Montanha (Leila Machado Carvalho Baltar Rodrigues)	10	28/08	Regular com quitação
0300	Superintendência Regional de Saúde de São Mateus (Wesllem Reis da Silva)	08	28/08	Regular com quitação
0301	Superintendência Regional de Saúde de Vitória (Anderson Barbosa de Oliveira e Lucileia Rosa Eller)	08	28/08	Regular com quitação
0302	Fundo de Modernização e Incentivo a Cobrança da Dívida Ativa (Lívio Oliveira Ramalho e Rodrigo Marques de Abreu Júdice)	11	04/09	Regular com quitação
0303	Hospital e Maternidade Silvio Avidos (Marcelo Vaccari dos Reis)	11	04/09	Regular com quitação
0305	Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo (Maria Paula de Souza Martins)	10	06/09	Regulares com quitação
0306	Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos (Antônio Cezar Ferreira e Paulo Roberto Silva)	08	06/09	Regular com quitação

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0307	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Rodney Rocha Miranda e André de Albuquerque Garcia)	10	11/09	Regular com quitação
0309	Fundo para a Infancia e a Adolescencia (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	10	11/09	Regular com quitação
0310	Fundo de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo (Aureliano Nogueira da Costa)	10	11/09	Regular com quitação
0313	Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo (Maria Paula de Souza Martins e Ayrton de Souza Porto Filho)	09	13/09	Regular com quitação
0314	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo (José Esmeraldo de Freitas)	08	13/09	Regular com quitação
0315	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (Fronzio Calheira Mota)	09	13/09	Regular com quitação
0316	Fundo Estadual de Assistência Social (Tarciso Celso Vieira de Vargas e Rodrigo Coelho do Carmo)	10	13/09	Regular com quitação
0317	Hospital Pedro Fontes (Manoel Alves Catarina)	08	13/09	Regular com quitação
0318	Hospital São José do Calçado (Sebastião Braz Teixeira)	08	13/09	Regular com quitação
0319	Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos (Antônio Cezar Ferreira)	11	18/09	Regular com quitação
0320	Superintendência Regional de Saúde de São Mateus (Wesllem Reis da Silva e Fabiano Marily)	11	18/09	Regular com quitação
0324	Fundo Municipal de Saúde de Itarana (Vanessa Arrivabene Martinelli e Edivan Meneghel)	10	18/09	Regular com quitação
0325	Instituto Estadual de Saúde Pública (Anselmo Tozi e Nélio Almeida dos Santos)	06	18/09	Regular com quitação. Recomendação
0327	Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (Oberacy Emmerich Júnior)	09	18/09	Regular com quitação. Recomendação
0328	Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de São Mateus (Díclia Maria Pifer Brzesky)	09	20/09	Irregular. Multa 500 VRTE
0329	Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (William Galvão Lopes)	09	20/09	Regular com quitação
0331	Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Maria Luíza dos Santos Vellozo)	10	20/09	Regular com quitação. Recomendação
0333	Fundo Especial de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (Fronzio Calheira Mota e Marcos Fernando Rocha Almeida)	09	20/09	Regular com ressalva. Quitação para o Sr. Fronzio Calheira Mota. Regular com quitação para o Sr. Marcos Fernando Rocha Almeida. Determinações.

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0334	Caixa de Assistência dos Servidores Públicos Municipais de São Gabriel da Palha (Simony Storch Machado)	10	25/09	Regular com quitação. Determinação
0335	Superintendência Regional de Saúde de São Mateus (Jorge Silva e Wesllem Reis da Silva)	10	25/09	Regular com quitação
0336	Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Guilherme Gomes Dias, Luiz Carlos Menegatti, Márcio Félix Carvalho Bezerra, Cristina Vellozo Santos e Carlos Heugênio Duarte Camisão)	10	25/09	Regular com quitação. Recomendações
0337	Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Militar (Ronalt Willian de Oliveira e Anselmo Lima)	11	27/09	Regular com quitação
0338	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São José do Calçado (Nelma de Souza Silva Couto)	10	27/09	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel.
0339	Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Willian Galvão Lopes)	10	27/09	Regular com quitação
0341	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Espírito Santo (Tânia Saad Noé)	09	27/09	Regular com ressalva. Quitação. Determinações
0342	Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Guilherme Gomes Dias)	08	27/09	Regular com ressalva. Quitação
0344	Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Tarciso Celso Vieira de Vargas)	10	27/09	Regular com quitação
0345	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Domingos do Norte (Ailton Jorge Trevezani)	10	27/09	Regular com quitação
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)				78

Nº	Denúncias	Decisão
0230	Jonas Carlos Moreira X C. Baixo Guandu (Juscelino Henck)	Procedência. Recomendação. Dar ciência. Deixar de aplicar multa.
0235	Antônio Carlos Lopes Soares-MPU X P. Vitória (Carlos Oliveira Galvêas)	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Chamoun e João Luiz Cotta Lovatti, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento.
0240	Sindipúblicos X IPAJM (Rômulo Augusto Penina e Osvaldo Hulle)	Improcedência.
0281	Joaquim José dos Santos X C. Ecoporanga (Jordimar Vieira Damasceno)	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Chamoun e João Luiz, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento.

Nº	Denúncias	Decisão
0289	Renato Luiz de Oliveira e Outros X Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (Cel. PM Antônio Carlos Barbosa Coutinho, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade,	Conhecer. Improcedente. Recomendação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner. Notificar.
0322	Radana Construções Ltda-Me X P. Presidente Kennedy (Reginaldo dos Santos Quinta e Jovane Cabral Costa)	Procedente. Multa 500 VRTE para cada. Determinar que se abstenha de prorrogar o contrato. Recomendações.
0323	Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (Rômulo Augusto Penina e Osvaldo Hulle)	Improcedente. Atos regulares. Apensar aos autos do Processo TC-3430/2009. Dar ciência
Total no trimestre		7

Nº	Recursos	Assunto	Decisão
0219	José Renato Barbosa Carvalho (Inventariante do espólio de Geraldo Gomes de Carvalho, ex-prefeito de Ibitirama)	Embargos de Declaração	Não conhecer. Notificar.
0220	Ministério Público Especial de Contas	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento total. Tornar insubsistente a Decisão TC-349/2012. Determinar regular trâmite do processo TC-7191/2011, que deverá seguir para o MPEC.
0228	Rogério Luiz Vasconcelos (C. Santa Teresa)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria, pelo voto vencedor da Conselheira Márcia Jaccoud Freitas. Parcialmente vencidos o Relator e o Conselheiro João Luiz Cotta Lovatti, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento.
0233	Antonico Gottardo (P. Guarapari)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencido o Cons. João Luiz Cotta Lovatti, que votou apenas pela quitação ante a intempestividade do pagamento. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Cons. Rodrigo Chamoun.
0234	Dejacir Gregório Caversan (C. Marilândia)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação.
0237	Ananias Francisco Vieira (P. Marataízes)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação.
0244	João Bosco Costa (Presidente da C. Alfredo Chaves)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Chamoun e João Luiz Cotta Lovatti, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento.
0248	Jorge Alberto Anders (P. Vila Velha)	Recurso de Revisão	Negar Provimento. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner.
0260	Eclair Lopes de Souza (C. Dores do Rio Preto)	Recurso de Revisão	Não conhecer. Processo saneado. Quitação
0263	Ministério Público Especial de Contas X Acórdão TC-180/2012	Embargos de Declaração	Conhecer. Provimento. Sanar omissão do Acórdão
0269	Helio Humberto Lima (P. Atilio Vivacqua)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Dar provimento. Acolher preliminar. Declarar nulidade absoluta dos atos processuais desde a juntada de f.855/909, inclusive do Acórdão. Dar ciência. Encaminhar à área técnica para análise. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner.
0271	Ademar Coutinho Devens (P. Aracruz)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Cons. Rodrigo Chamoun e João Luiz, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento. Sem divergência. Absteve-se de

Nº	Recursos	Assunto	Decisão
			votar, por impedimento, o Cons. Domingos.
0273	José Geraldo Gomes (C. Mantenópolis)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Dar provimento.
0275	MPEC X P. Alto Rio Novo (Edson Soares Benfica)	Embargos de Declaração	Conhecer. Dar provimento. Acolher preliminar. Declarar nulidade absoluta do Acórdão. Encaminhar ao MPEC para ciência. Retomada da instrução processual.
0279	Geraldo Pedro de Souza (C. Nova Venécia)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Chamoun e João Luiz, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Cons. Domingos.
0280	MPEC X P. Linhares (Guerino Luiz Zanon, Maria do Socorro Vasconcelos, Edvalter da Silva Cerqueira, Luiz Rogério Tristão Calmon, Afonso Favarato Rampinelli, Lelcir de Paulo Viguini, João Cleber Bianchi, Ivan Salvador Filho, Bruno Margotto Marianelli e outros)	Embargos de Declaração	Conhecer. Dar provimento. Citação com 30 dias.
0285	Ivan Lauer (P. Vila Pavão)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0287	João Guerino Balestrassi e José Tadeu Marino (Fundo Municipal de Saúde de Colatina)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento total. Regular com quitação
0288	Lezio Gomes Sathler (Detran/ES)	Embargos de Declaração	Conhecer. Acolher parcialmente os embargos, sem efeitos modificativos quanto a obscuridade alegada. Não acolher quanto a omissão. Notificar
0294	Cláudia Sueli Duarte Lima Gomes (Fundo Estadual de Defesa do Consumidor)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e João Luiz Cotta Lovatti, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento
0295	Zuleica Bolzani e Dinarti Dal' Col (SAAE-Colatina)	Recurso de Revisão	Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento
0304	Ministério Público Especial de Contas	Recurso de Revisão	Conhecer. Negar provimento
0308	Marcos Venicius Fonseca de Macedo (Diretor da CODEG)	Embargos de Declaração	Conhecer. Negar provimento. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
0311	Jorge Cardoso Bechara (P. Itapemirim)	Embargos de Declaração	Não conhecer. Após publicação, encaminhar ao Ministério Público Especial de Contas para execução
0321	Francisco Saulo Belisário (P. Conceição do Castelo)	Recurso de Reconsideração	Devolvido. Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencido o Conselheiro João Luiz, que votou apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento
0332	Alvaro Coelho Duarte (FUNREBOM)	Recurso de Revisão	Devolvido. Processo saneado. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencido o Conselheiro João Luiz, que votou apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento
0343	Ministério Público Especial de Contas X Gelson Fernandes Firmo (C. Presidente Kennedy)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
Total no trimestre			27

Nº	Estudo de Casos Especiais	Ex.	Decisão
0293	Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo (Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo)	-	Responder nos termos da manifestação da 8ª CT, com os adendos do Ministério Público Especial de Contas
Total no trimestre			1

Nº	Relatório de Auditoria - Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Decisão
0231	C. Santa Maria de Jetibá (Nelson Miertschink)	09	Processo saneado. Quitação. Por maioria, parcialmente vencidos os Conselheiros Rodrigo Chamoun e João Luiz Cotta Lovatti, que votaram apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento.
0312	C. Mucurici (André Pereira Porto e José Carlos de Souza)	08	Processo saneado em relação ao Sr. José Carlos de Souza. Quitação. Por maioria. Parcialmente vencido o Conselheiro João Luiz Cotta Lovatti, que votou apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento
0330	C. Domingos Martins (Osmar José de Oliveira)	09	Regular com ressalva. Quitação. Recomendações
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)			3

Nº	Representação	Decisão
0221	Ministério Público Especial de Contas X P. Vila Velha (Neucimar Ferreira Fraga, Anderson de Oliveira Almeida e Evilásio de Ângelo)	Procedente. Negar exequibilidade à Lei n. 5121/11. Declarar nulo o Edital n. 01/11. Citação em 30 dias para anulação do edital e dos contratos dele oriundos. Recomendar que se abstenha de convocar candidatos e de prorrogar os contratos. Realizar concursos públicos. Determinar comprovação da anulação em 30 dias. Não cumpridas as determinações, sustação do ato e comunicação ao Legislativo, além de multa aos responsáveis.
0222	Code Ciphers do Brasil Tecnologia em Identificação Ltda. X Detran (Fábio Henrique Pina Nielsen)	Improcedência. Revogar a Decisão TC-402/2012.
0229	Randow e Fraga Advogados Associados X P. Fundão (Anderson Pedroni Gorza e Vanessa do Livramento Luz)	Perda do objeto. Recomendações para os próximos procedimentos licitatórios. Arquivar. Notificar.
0242	MPEC X P. Jerônimo Monteiro (Francisco Alcemir Rosseto e Rosilane de Oliveira Souza)	Procedência. Declarar a ilegalidade do edital da Tomada de Preços n. 02/12. Determinar ao Chefe do Executivo que adote providências necessárias para a anulação do edital, sob pena de multa. Recomendação.
0245	Ativa Terceirização de Mão-de-obra Ltda. X Diretoria de Saúde da PM/ES	Improcedência. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro Rodrigo Chamoun.
0247	MPEC X P. Cariacica (Helder Ignácio Salomão e Pedro Ivo da Silva)	Improcedência. Por maioria, parcialmente vencido o Conselheiro João Luiz Cotta Lovatti, que acompanhou o entendimento manifestado pelo MPEC, votando pela Recomendação.
0257	Tércio Jordão Gomes X P. Presidente Kennedy (Reginaldo dos Santos Quinta e Jovane Cabral Costa)	Procedência Parcial. Multa de 500 VRTE para cada responsável. Dar ciência. Deferir Auditoria Especial. Determinar a suspensão da execução de eventual aditamento contratual.
0262	Ministério Público Especial de Contas X P. São Mateus (Amadeu Boroto e Conrado Barbosa Barbosa Zorzanelle)	Procedência. Declarar ilegalidade do Edital. Determinar anulação do Edital em 30 dias, sob pena de sustação do ato, sem prejuízo de comunicar o fato a Câmara Municipal. Recomendação. Dar ciência.
0268	Infinity Importação e Exportação Ltda. X P. Itapemirim (Norma Ayub Alves e Delcinéia Rodrigues da Silveira)	Improcedente. Revogar a medida cautelar anteriormente concedida.

Nº	Representação	Decisão
0274	7Lan Comércio e Serviços Ltda. X P. Serra (Antônio Sérgio Alves Vidigal e Luciano Nascimento Lopes)	Não conhecimento das preliminares. No mérito, improcedente.
0326	Transportar Transporte Turismo Rentacar Ltda Me X P. Rio Bananal (Felismino Ardizzon)	Processo saneado. Quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Total no trimestre		11

2.2 - Julgamento não conclusivo

Nº	Prestação de Contas (Omissão)	Ex.	Decisão
0206	SAAE Alfredo Chaves (Osvaldo Sgulmaro)	4º Bim/11	Multa de 500 VRTE. Reiterar citação em 15 dias.
0207	SAAE Alfredo Chaves (Osvaldo Sgulmaro)	5º Bim/11	Multa de 500 VRTE. Reiterar citação em 15 dias.
0267	P. Rio Novo do Sul (Estevam Antonio Fiório)	1º ao 6º Bim/09	Multa 1.000 VRTE. Notificação 15 dias ao atual Prefeito
Total no trimestre			3

3 - Pareceres Prévios⁷

Nº	Parecer Prévio	Ex.	Sessão	Decisão	Revisto
0030	P. Ponto Belo (Jaime Santos Oliveira Júnior)	10	13/07	Aprovação.	-
0031	P. Vitória (João Carlos Coser)	10	05/07	Aprovação.	-
0032	P. Castelo (Cleone Gomes do Nascimento)	10	05/07	Aprovação. Recomendação.	-
0033	Governadoria (José Renato Casagrande)	11	19/07	Aprovação. Recomendações.	-
0037	P. Bom Jesus do Norte (Adson Azevedo Salim)	10	06/09	Aprovação. Recomendações	-
0038	P. Mucurici (Atanael Passos Wagmacker)	10	11/09	Aprovação com ressalvas. Recomendações	-
Total no trimestre (nº de pareceres prévios listados na tabela, mesmo que tenham mais de uma decisão)					6

3.1 - Recursos (Pareceres Prévios)

Nº	Recursos	Ex.	Decisão	Revisto
0034	Roberto Valadão Almokdice (Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim)	06	Conhecer. Provimento. Reformular Parecer Prévio. Aprovação. Por maioria, vencido o Relator, que votou pelo provimento parcial, mantendo a rejeição.	057/08
0035	Ivan Lauer (P. Vila Pavão)	08	Conhecer. Provimento total. Reformular Parecer Prévio. Aprovação. Recomendação	046/10
0036	Aldo Soares de Oliveira (P. Alto Rio Novo)	07	Não Conhecer. Manter Parecer Prévio	028/12
Total no trimestre				3

⁷ Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

4 - Pareceres em Consulta

Nº	Interessado	Ementa
0005	C. Marilândia (Adilson Reggiani)	Câmara Municipal - Cota de combustível e linha telefônica - Concessão a vereadores - Matéria apreciada nos Pareceres em Consulta TC-003/2008, TC-030/2003, TC-031/2005 e TC-038/2008 - Encaminhar cópias.
0006	P. Barra de São Francisco (Waldeles Cavalcanti)	Contrato administrativo – alteração quantitativa ou qualitativa – lei n. 8.666/93, art. 65, §§ 1º e 2º – extrapolação dos limites legais – possibilidade condicionada – forma consensual e excepcionalíssima – respeito aos parâmetros constantes da decisão TCU n. 215/1999
0007	P. Vila Pavão (Ivan Lauer)	Gratificação ou rendimento superior por servidor de cargo efetivo que exerça cargo comissionado por mais de 10 anos - reversão a cargo originário - direito a manter valores maiores percebidos – existência de lei em sentido formal (art. 37, x, da CF) - iniciativa privativa do chefe do poder executivo (art. 62, § 1º, ii, c, da CF, aplicado simetricamente aos demais entes federados) - observância do teto remuneratório previsto no art. 37, xi, da CF - observância da vedação de concessão de novas vantagens sob o mesmo fundamento, tendo como base de cálculo o referido instituto (art. 37, xiv, da CF).
0008	P. Alegre (José Guilherme Gonçalves Aguilar)	Substituição de publicação escrita de atos oficiais por publicação online - permissão em sítios especializados contratados especificamente - requisitos - previsão legal que o sítio especializado passe a ser o instrumento de imprensa oficial - seja assegurada a idoneidade e a integridade das publicações oficiais em meio eletrônico, por meio da adoção da tecnologia de certificação digital, tal como a disponibilizada pela infraestrutura de chaves públicas brasileiras – ICP-brasil - haja necessidade de publicação no diário oficial da união ou do estado, ou em qualquer outro meio, quando houver previsão legal específica - seja amplamente divulgado o diário oficial eletrônico, em homenagem ao princípio da publicidade.
0009	Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun)	Tempo de serviço prestado a empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais – cômputo para fins de recebimento de adicionais de tempo de serviço e de assiduidade – impossibilidade, exceto na hipótese de migração do regime celetista para o estatutário – forma de cálculo nos termos dos artigos 106 e 108 a 112 da lei complementar nº. 46/1994 – revogar parecer consulta TC-33/2006.
0010	Roberto da Cunha Penedo (Banestes S/A)	Órgãos da administração pública direta e indireta do estado do espírito santo - adesão à ata de registro de preços de órgãos ou entidades da administração direta e indireta do estado ou de municípios do mesmo estado - impossibilidade - outros estados, distrito federal e união - possibilidade - aquisição de 100% do quantitativo registrado na ata de registro de preços - possibilidade - conhecer da presente consulta.
0011	Gilson Antonio de Sales Amaro (P. Santa Teresa)	Pagamento de despesas com auxílio alimentação para servidores municipais - não incidência no cálculo de gastos total com pessoal - vantagem de caráter indenizatório - pagamento de despesas com auxílio alimentação para servidores que atuam na educação - possibilidade de custear com parcela dos 40% dos recursos do FUNDEB - matéria apreciada no parecer em consulta tc-07/2008 - encaminhar cópia do parecer em consulta TC-07/2008 à prefeitura municipal de Santa Teresa.
Total no trimestre		7

5 – Decisões

Categoria/Espécie	2º Trim
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	1364
Registro	1364
Admissão	283
Aposentadoria	794
Pensão	175
Reforma	44
Transferência para reserva	68
Revisão de proventos	-
Retificação de ato	-
Reexame de decisão	-
Denegar registro	-
Demais decisões - não conclusivas	235
Deferir parcelamento	1
Arquivar	55
Revelia	16
Quitação	8
Consulta - não conhecer	8
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	-
Devolver à origem	14
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-
Notificar/Citar por Edital	-
Alerta	77
Notificar para contra-razões	-
Dar ciência da publicação da pauta no DIO-ES	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	4
Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	-
Denúncia - receber / apurar	-
Outras	52
Total	1599